



Análise da temática sexualidade no contexto escolar com professores da educação básica

Thematic analysis of sexuality in the school context with teachers of basic education

Análisis de la temática sexualidad en el contexto escolar con docentes de la educación básica

Laine Gomes Chaveiro¹, Laurena Moreira Pires², Marcos André de Matos², Sheila Araújo Teles², Sandra Maria Brunini de Souza², Márcia Maria de Souza²

Objetivo: identificar conteúdos referentes à temática sexualidade nas redes municipal e estadual de ensino; e identificar as dificuldades e necessidades dos professores na abordagem da temática. **Métodos:** estudo transversal com 79 professores das instituições de ensino utilizando questionário autoaplicável. Para análise utilizou-se como desfecho pertencer à rede municipal ou estadual de ensino. **Resultado:** a maioria dos professores trabalha na rede estadual de ensino. A temática sexualidade não é trabalhada conforme recomendação do Parâmetro Curricular Nacional. Os professores da rede municipal trabalham mais o tema gravidez ($p=0,04$), e mais citado por professores da rede estadual para capacitação ($p=0,03$). A maioria não tem experiência e capacitação na temática ($p=0,04$). **Conclusão:** são necessárias parcerias com a área da saúde para instrumentalização do professor. É importante também reconhecer a atuação do enfermeiro no trabalho da educação sexual como componente essencial na integralidade do cuidado para fortalecer a área da saúde do escolar.

Descritores: Sexualidade; Saúde Escolar; Educação Continuada; Docentes.

Objective: to identify content related to the sexuality theme at schools from municipal and state networks; and to identify the difficulties and needs of teachers in the approach to this theme. **Methods:** cross-sectional study with 79 teachers of educational institutions using self-administered questionnaire. For analysis one used as an endpoint to belong to the municipal or state school networks. **Result:** most teachers work in the state school network. The theme sexuality is not dealt with as recommended by the National Curriculum Parameters. Teachers from the municipal network deal more with the pregnancy issue ($p=0.04$), and it was more mentioned by the state system teachers for training ($p=0.03$). Most do not have experience and training in the subject ($p=0.04$). **Conclusion:** partnerships with the health area are necessary for teachers' training. It is also important to recognize the work of nurses in the work of sex education as an essential component in the comprehensiveness of care in order to strengthen the area of school health.

Descriptors: Sexuality; School Health; Education, Continuing; Faculty.

Objetivo: identificar contenidos relacionados con la temática sexualidad en las redes municipal y estatal de enseñanza; e identificar dificultades y necesidades de los docentes en el enfoque temático. **Métodos:** estudio transversal con 79 docentes de las instituciones educativas mediante cuestionario auto administrado. Para análisis, se utilizó como criterio pertenecer a la red municipal o estatal. **Resultado:** mayoría de los profesores trabaja en la red estatal de enseñanza. La temática sexualidad no es trabajada según el Parámetro Curricular Nacional. Profesores de la red municipal trabajan más el tema embarazo ($p=0,04$), y más citado por profesores del sistema estatal para formación ($p=0,03$). Mayoría sin experiencia y formación en la temática ($p=0,04$). **Conclusión:** son necesarias alianzas con el área de la salud para instrumentalización del profesor. Es importante reconocer la actuación del enfermero en el trabajo de la educación sexual como componente esencial en la atención integral para fortalecer el área de la salud escolar.

Descritores: Sexualidad; Salud Escolar; Educación Continua; Docentes.

¹Secretaria Municipal de Saúde. Goiânia, GO, Brasil.

²Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, Brasil.

Autor correspondente: Laurena Moreira Pires

Rua 227 Qd 68, S/N - Setor Leste Universitário - CEP: 74605-080. Goiânia, GO, Brasil. E-mail: laurenapires@gmail.com

Introdução

A sexualidade manifesta-se em todas as etapas da vida do indivíduo, sendo condicionada por fatores biológicos, psicológicos e sociais, e deve ser entendida a partir de um enfoque multidisciplinar. A escola apresenta posição estratégica para promover a educação integral da criança e do adolescente e, portanto, deve assumir também a discussão da sexualidade com intuito a promoção da educação sexual⁽¹⁻²⁾.

Temáticas que envolvem a sexualidade vêm sendo discutidas nas instituições da rede básica de ensino (fundamental e médio) desde a década de 1920, mas a inclusão nos currículos se intensificou a partir de 1970 com a lei que regulamentou as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que determinou na inclusão de programas de saúde e conteúdos relacionados à sexualidade humana no currículo escolar⁽³⁾. A abordagem de forma transdisciplinar da temática, por sua vez, é recomendada a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com a proposta de incluir nos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de ensino temas transversais em todas as áreas do conhecimento⁽⁴⁾, dentre eles a orientação sexual, hoje denominada educação sexual.

Outros projetos voltados para a inclusão da temática sexualidade no ambiente escolar já foram apresentados e são desenvolvidos abrangendo as áreas da educação e saúde, como o projeto nacional Saúde e Prevenção nas Escolas⁽⁵⁾, que tem como objetivo minimizar as vulnerabilidades dos adolescentes e jovens às doenças de transmissão sexual. O Programa Saúde na Escola⁽⁶⁾, por sua vez, foi criado para integrar as ações preventivas e de intervenção/assistência nas redes de educação e saúde, em interlocução com a Estratégia Saúde da Família, atuando na promoção da saúde e na prevenção de doenças, e sobretudo com capacitação de professores, com destaque ao trabalho do enfermeiro nessas ações transdisciplinares.

A literatura evidencia que tanto as instituições de ensino quanto as redes de atenção à saúde tem considerado a temática sexualidade com enfoque na assistência, pautados no modelo tradicional e biologista, suprimindo, portanto, abordagens reflexivas e problematizadoras^(1,4,7), recomendadas no que se refere o trabalho pedagógico nesta temática.

A transversalidade proposta a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais recomenda o professor como o principal agente de execução, tendo que ensinar além dos seus conteúdos programáticos que recebeu em sua formação, temas transversais que fogem da especificidade que está habituado^(1,4). Por sua vez, para sua real execução há de se pensar na condição de trabalho que lhe são oferecidos e na qualidade de sua formação profissional para que os conhecimentos, habilidades e atitudes, demandados para essa atividade, sejam garantidos. Dessa forma, indaga-se a respeito de como está o trabalho da temática sexualidade no contexto escolar? Os professores se sentem preparados, apresentam dificuldades para desempenhar essa atividade?

A intervenção pedagógica em sexualidade deve estar voltada a atender as necessidades dos alunos, pautada na problematização e reflexões gerais que o tema demanda, desvinculando-se de crenças, tabus e valores pessoais, associada a uma postura ética em sua atuação^(4,8). Assim, o professor deve desenvolver algumas habilidades que favoreçam a interação e a confiança do educando. Sobretudo, deve estabelecer o diálogo, sendo problematizador, a fim de desenvolver um sujeito com pensamento crítico-reflexivo para interpretar o mundo, nele intervir, transformá-lo, transformar-se e ser sujeito de sua própria ação, sobretudo que este sujeito exerça a cidadania plena como ser também corresponsável pela sua saúde sexual e reprodutiva⁽⁹⁻¹⁰⁾.

Para conhecer a saúde da população de escolares, recentemente, foi realizada a primeira Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares⁽¹¹⁾ e como

recorte deste estudo houve uma investigação sobre a saúde sexual dos adolescentes que evidenciou a manutenção da atenção às vulnerabilidades dos jovens, especialmente das doenças de transmissão sexual. Essa pesquisa reafirma a necessidade de abordagens de temas que envolvem a sexualidade humana no contexto escolar.

Há décadas que recomendações foram feitas pelas políticas educacionais, o que possibilitou ampliar discussões sobre educação sexual nas instituições de ensino. No entanto, a grande lacuna está em considerar as dificuldades dos professores em lidar com esta temática em sala de aula, destacando-se as fragilidades no processo de formação de professores (norteados pela visão hegemônica da sexualidade) e a necessidade de desenvolvimento de uma escuta ativa, livre de preconceitos e com capacidade de incentivar a cidadania de adolescentes e jovens, especialmente, aos direitos sexuais e reprodutivos.

Assim, os objetivos deste estudo foram identificar os conteúdos referentes à temática sexualidade inseridos na rede municipal e estadual de ensino; e identificar as dificuldades e necessidades dos professores na abordagem da temática.

Método

Trata-se de estudo transversal de natureza descritivo exploratório de abordagem quantitativa realizado com professores do ensino fundamental e médio de seis instituições públicas de ensino (duas estaduais e quatro municipais), localizadas na região leste do município de Goiânia-GO, no período de abril a junho de 2010. Estas instituições foram selecionadas por representam as maiores instituições de ensino da região e estarem situadas em áreas com cobertura da Estratégia Saúde da Família, adstritas às Unidades Básicas de Saúde da Família e com o Programa Saúde na Escola em desenvolvimento.

Os sujeitos do estudo foram todos os professores que estavam no exercício da docência no momento da coleta dos dados e que desenvolviam atividades exclusivamente com alunos na faixa etária de 12 a 18 anos. Foram excluídos os professores com contratos provisórios, categoria também denominada como pró-labore.

Após a identificação dos sujeitos que atendiam aos critérios de inclusão das instituições selecionadas, foram realizados encontros na própria instituição de ensino com o grupo de professores com a finalidade de apresentar a proposta da pesquisa e o convite para participação.

Para a coleta dos dados foi utilizado um instrumento autoaplicável com questões abertas e fechadas que abordava as características sociodemográficas (idade, sexo, estado civil), características profissionais (local de trabalho, área de formação, tempo de docência, tempo de trabalho na instituição), e práticas pedagógicas envolvendo a temática sexualidade (trabalhos realizados com alunos, temas trabalhados, metodologia utilizada, experiência na temática sexualidade, dificuldade na abordagem da temática e necessidades de capacitação). O instrumento foi avaliado previamente por meio de teste piloto realizado com professores de outra instituição com características semelhantes, com vistas a verificação da objetividade, clareza e pertinência em relação aos objetivos propostos.

Os dados foram digitados no programa estatístico Epi-info versão 6.04 for Windows, desenvolvido pelo *Centers for Diseases Control and Prevention*, Estados Unidos. A análise descritiva foi realizada através de distribuição de frequências, cálculo de médias e medianas. Para análise univariada foi utilizado o desfecho de pertencer a rede municipal ou estadual de ensino. Para verificar diferenças entre proporções foram utilizados os testes de χ^2 e teste exato de Fisher, quando apropriados, aceitando como nível de significância valor de $p < 0,05$.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Pesquisa Médica Humana e Animal do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás.

Resultados

Dos 92 professores que correspondiam aos critérios de inclusão, 79 (86,0%) aceitaram participar do estudo.

Na Tabela 1, observa-se mais da metade dos professores possuía idade inferior a 35 anos (54,4%), era do sexo feminino (68,4%) e era casada (48,3%).

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos professores (N=79)

Variável	n (%)
Idade (mediana: 33,5; variando de 20-66 anos)	
≤ 35	43 (54,4)
≥ 35	36 (45,6)
Sexo	
Feminino	54 (68,4)
Masculino	25 (31,6)
Estado civil (n=77)	
Solteiro	27 (35,0)
Casado/união consensual	37 (48,3)
Divorciado	9 (11,4)
Viúvo	4 (5,1)

A maioria trabalhava na rede estadual de ensino (64,6%). A licenciatura esteve presente como formação profissional em ambos os grupos. Comparando os dois sistemas de ensino, municipal e estadual, os professores da rede municipal trabalham há mais de 10 anos na docência (57,1%), e os professores da rede estadual a menos de cinco anos na instituição, mostrando significância estatística ($p=0,02$) (Tabela 2).

Tabela 2 - Características profissionais dos professores

Características	Municipal	Estadual	X^2	p
	n (%)	n (%)		
Habilitação				
Licenciatura	11 (39,3)	29 (56,9)		
Especialização	13 (46,4)	20 (39,2)	3,88	0,14
Mestrado	4 (14,3)	2 (3,9)		
Tempo de docência (anos)				
< 5	5 (17,9)	7 (13,7)		
5 - 10	7 (25,0)	18 (35,3)	0,94	0,62
> 10	16 (57,1)	26 (51,0)		
Tempo de docência na instituição (anos)				
< 5	13 (46,4)	26 (51,0)		
5 - 10	5 (17,9)	19 (37,2)	7,43	0,02
> 10	10 (35,7)	6 (11,8)		
Área de atuação				
Ciências Biológicas	11 (39,3)	10 (19,6)		
Ciências Exatas	8 (28,6)	14 (27,4)	4,36	0,11
Ciências Humanas	9 (32,1)	27 (53,0)		
Carga horária semanal de trabalho na docência (horas)				
Até 20	2 (7,2)	6 (11,8)		
21 - 30	9 (32,1)	19 (37,2)	0,83	0,66
> 30	17 (60,7)	26 (51,0)		

Os professores de ambos os grupos referiram trabalhar a temática sexualidade em sala de aula, não apresentando diferença estatística. O tema gravidez é trabalhado em maior frequência entre os professores da rede municipal de ensino ($p=0,04$), comparado aos da rede estadual. As aulas expositivas e as leituras de texto foram as metodologias mais utilizadas em ambos os grupos. Em relação a capacitação na temática, a maior parte dos professores, tanto do estado quanto do município referiram não ter recebido, apresentando diferença estatisticamente significativa ($p=0,04$) (Tabela 3).

Tabela 3 - Práticas pedagógicas dos professores e temas abordados em sala de aula

Características	Municipal	Estadual	χ^2	p
	n (%)	n (%)		
Trabalhos sobre sexualidade	11* (42,3)	11* (22,9)	3,04	0,08
Temas trabalhados				
Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis	13 (46,4)	20 (39,2)	0,39	0,53
Sexualidade	12 (42,8)	14 (27,5)	1,94	0,16
Gravidez	10 (35,7)	8 (15,7)	4,20	0,04
Aids/Infecções sexualmente transmissíveis	12 (42,8)	12 (23,5)	3,19	0,07
Metodologias utilizadas				
Aula expositiva	10 (35,70)	18 (35,3)	0,0	0,97
Trabalhos em grupos	1 (3,6)	12 (23,5)	3,89	0,05
Oficinas	3 (10,7)	4 (7,8)	0,0	0,99
Leituras de textos	15 (53,6)	17 (33,3)	3,07	0,08
Receberam capacitação ^(a)				
Sim	4 (14,3)	5 (9,8)	0,81	0,34
Não	21 (75,0)	44 (86,3)	0,90	0,04
Experiência na temática sexualidade				
Sim	4 (14,3)	3 (5,9)	0,71 [±]	0,40
Não	11 (39,3)	14 (27,4)	1,17	0,27

*Respostas válidas; ^(a)excluídos os sem informação [±]Qui-quadrado e Yates corrigido

Pela Tabela 4 observa-se que dificuldade referida por ambos os grupos não alcançou significância estatística. Quanto aos temas em que há necessidade de capacitação, a gravidez foi tema de maior necessidade para os professores das escolas estaduais (p=0,03).

Tabela 4 - Caracterização das dificuldades e temas necessários na abordagem da temática sexualidade por professores

Características	Municipal	Estadual	χ^2	p
	n (%)	n (%)		
Dificuldade na abordagem	5* (18,5)	15* (30,0)	1,20	0,27
Prevenção de infecções sexualmente transmissíveis	14 (50,0)	35 (68,6)	2,70	0,10
Conteúdo de Infecções sexualmente transmissíveis	14 (50,0)	34 (66,7)	2,10	0,15
Gravidez	10 (35,7)	31 (60,8)	4,50	0,03
Sexualidade	15 (53,6)	30 (58,8)	0,30	0,65
Métodos contraceptivos	8 (28,6)	25 (49,0)	3,10	0,08
Diversidade sexual	11 (39,3)	17 (33,3)	0,30	0,60

*Respostas válidas

Discussão

A temática sexualidade ainda não foi incorporada na prática docente como temática pautada na problematização e reflexões gerais que o tema demanda, conforme recomendado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Esta pesquisa possibilitou identificar a real necessidade de apoiar os professores para trabalharem conteúdos diversos na área da sexualidade de forma assertiva, com vista a atender as exigências dos programas instituídos, bem como em consonância com as recomendações que a literatura científica.

As recomendações dos Parâmetros Curriculares são de que os Projetos Políticos Pedagógicos contemplem em seus currículos o tema sexualidade e suas relações de forma transdisciplinar e transversal⁽¹⁰⁾, mas na realidade os conteúdos ainda são trabalhados em aulas expositivas formais e especialmente nas disciplinas da área biológicas e ou em ensino religioso, não possibilitando, portanto, momentos de discussão nas outras áreas do conhecimento.

A maioria dos professores deste estudo é da área das ciências humanas. Isso pode indicar sobre a dificuldade destes em abordar conteúdos, que tradicionalmente são trabalhados nas disciplinas da área biológica, e que, por sua vez, não recebem essa formação durante a graduação. Reitera-se a necessidade de romper com os discursos hegemônicos de que apenas as disciplinas ciências e biologia trabalhem a sexualidade com os alunos, mas, sobretudo que a temática esteja contemplada transversalmente em outras áreas, como nas ciências humanas, sociais e exatas⁽¹²⁾.

Os professores da rede estadual apresentaram especialização (*lato sensu*) e licenciatura e alguns professores da rede municipal possuem mestrado (*stricto sensu*), o que caracteriza um bom nível de qualificação profissional, ainda que tenha sido observado que a maioria dos professores não possui experiência na temática sexualidade. Isso mostra a importância de incentivo à educação permanente

como ferramenta motivadora para os professores, o que por sua vez contribui para o fortalecimento e eficiência das políticas educacionais vigentes.

A escola é considerada ambiente propício para convivência social e grupal, onde se estabelecem vínculos, se promove a socialização e se estimula a participação de todos em assuntos de todas as naturezas, em especial as de ordem comportamental, tornando-se espaço importante para se discutir educação em saúde, sobretudo com a população adolescente^(1,9,13).

Ainda que as instâncias governamentais estejam envolvidas em incorporar temáticas relacionadas à sexualidade humana no cotidiano escolar, verifica-se ainda uma grande lacuna entre o ideal e o real. Alguns autores referem que os professores não possuem experiência na temática, não recebem capacitações e apresentam dificuldades com o tema e têm necessidade de se capacitar, que por sua vez implica a não realização de atividades voltadas a sexualidade humana em sala de aula⁽¹³⁾, resultados corroborados nesta investigação.

Embora muitos professores referissem trabalhar temas relacionados à sexualidade, a temática gravidez foi a menos discutida com os alunos, sendo mais abordada na rede municipal e havendo diferença estatisticamente significativa quando comparada as duas redes de ensino ($p=0,04$). Os professores da rede estadual referiram necessitar mais de cursos de capacitação e citaram o tema gravidez como prioridade ($p=0,03$). Estes resultados foram encontrados em outros estudos com resultados semelhantes em relação à necessidade de capacitar os professores para trabalhar o tema gravidez com escolares, uma vez que durante a adolescência o indivíduo encontra-se mais vulnerável a uma gravidez indesejada, tendo em vista que o início da idade fértil coincide ao início precoce da atividade sexual, falta de conhecimento e a não utilização dos métodos de barreira⁽¹⁴⁻¹⁵⁾.

Quando realizadas atividades educativas, as metodologias de ensino mais utilizadas pelos professores deste estudo foram leituras de textos e

aulas expositivas, enquanto que as menos citadas foram trabalhos em grupo e oficinas. Este resultado provavelmente reflete os poucos recursos disponíveis nas escolas para utilização de outras metodologias como ativas/problematizadoras e uso de materiais didáticos específicos, como álbuns seriado temáticos, quadros demonstrativos de métodos contraceptivos e próteses masculina e feminina, e ainda a falta de preparo desses sujeitos na utilização de metodologias ativas.

Ressalta-se a precariedade do sistema educacional nacional, em que o acesso a recursos tecnológicos de ensino, tal como a Internet, são uma constante⁽¹⁶⁾, ainda que a utilização de recursos didáticos seja indispensável e fundamental para uso no ambiente da escola. Ainda, o uso de metodologias modernas, participativas, dialógicas e motivadoras em trabalhos educativos com o público jovem são importantes ferramentas no processo de ensino-aprendizagem, pois ao mesmo tempo em que promovem reflexões, oportuniza a participação, há a socialização de informações e vivências podendo facilitar o aprendizado⁽¹⁷⁻¹⁸⁾.

Sobre os temas importantes e necessários para a capacitação, um dado que merece a atenção foi a pouca importância que os professores apresentaram frente ao tema métodos contraceptivos. Os métodos contraceptivos, em especial os de barreira, associados à informação são indispensáveis para prevenir situações indesejáveis como doenças transmitidas pela via sexual e a gravidez. A abordagem deste tema deve ser trabalhada de forma sistemática e contínua com os alunos, uma vez que a informação repassada de forma pontual, pode não provocar mudanças de atitudes⁽¹⁰⁾.

A diversidade comportamental e os dados atuais da epidemia do vírus da imunodeficiência humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida apontam para necessidades emergentes de estratégias de prevenção, considerando as realidades locais dos grupos⁽⁸⁾. Neste contexto, a escola é ambiente propenso também para o trabalho de socialização,

promoção da saúde e prevenção de agravos como as doenças de transmissão sexual entre adolescentes, pois ao mesmo tempo em que prepara para formar para a cidadania é cenário-alvo para promover discussões em educação preventiva.

No entanto, ainda, verifica-se a necessidade de ampliação das atividades de promoção da saúde aos adolescentes escolares para fortalecimento da área saúde do escolar. O ambiente escolar é um local propício para atuação dos profissionais da área da saúde, especialmente os enfermeiros da Estratégia Saúde da Família, que possuem habilidades específicas de educadores, sendo inerente a sua formação, o conhecimento em relação à sexualidade humana e a integralidade do cuidado como componente essencial adquirido durante a graduação, podendo facilitar a prática no contexto escolar. Sendo assim, o enfermeiro se torna um grande aliado dos professores, no sentido de conscientizá-los e capacitá-los.

É fundamental considerar que tanto a escola quanto os profissionais de saúde podem contribuir para que os adolescentes vivenciem sua sexualidade e suas relações afetivas de forma satisfatória. É necessário que professores e enfermeiros compartilhem conhecimentos e trabalhem juntos no intuito de orientar os adolescentes para o exercício da sua sexualidade com responsabilidade, dignidade e, sobretudo de forma mais prazerosa.

A construção de parcerias interinstitucionais na formação de uma rede integrada de saúde e educação já foi relatada como importante com vistas a reduzir possíveis problemas de saúde e colaborar na formação de futuros cidadãos saudáveis⁽¹⁻²⁾. Assim, é importante que se estabeleça parcerias entre escola, família e unidades de saúde visando o fortalecimento da promoção da saúde dos adolescentes, de forma a minimizar as vulnerabilidades a que estão expostos frente à epidemia das doenças de transmissão sexual e gravidez precoce, realidade ainda bastante presente nas instituições de ensino brasileiras.

Todo profissional traz a sua concepção, tabus

e vivências na área da sexualidade, e isso pode interferir na condução dos trabalhos relacionados à temática. No entanto exigir a abordagem do tema de forma transversal entre os professores apenas com as experiências do senso comum seria ineficaz e improdutivo.

Há demandas inerentes à própria fase da adolescência a serem beneficiadas com trabalhos de promoção da saúde sexual e reprodutiva com escolares, por outro lado, também há a necessidade emergente de formação de educadores para o trabalho da educação sexual em todas as áreas do conhecimento, visto estes passam maior parte do tempo com os alunos, demandando conhecimento e segurança para trabalharem com o tema.

Se os projetos e programas direcionados à saúde do escolar, como Saúde e Prevenção nas Escolas e Programa Saúde na Escola pretendem ser resolutivos, não é possível desenvolvê-los sem prévia instrumentalização e investimentos em formação técnico-científica do professor e articulação com o sistema de saúde. Existem diferenças imensuráveis na forma de abordar o tema, pois há de se considerar tanto a experiência e a formação acadêmica quanto à disponibilidade pessoal de cada um. Assim faz-se necessário que o poder público reconheça a necessidade de incluir a educação sexual nos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições brasileiras e proporcione educação continuada aos professores^(7,11), bem como, subsidie o fortalecimento dos programas já existentes que articulam a escola e o setor saúde.

Cabe aqui ressaltar que a educação e a informação não pressupõem mudanças rápidas de atitudes para o fenômeno da gravidez na adolescência e das doenças de transmissão sexual, no entanto são facilitadoras nos processos comportamentais, podendo contribuir para a adesão de práticas sexuais mais seguras entre os adolescentes. Dessa forma, o processo de socialização na infância e na adolescência é fundamental para a construção da identidade, e as instituições de ensino e de saúde, por meio de

seus projetos e atuação efetiva de seus profissionais, têm grande responsabilidade na formação futura de cidadãos sociáveis, participativos e saudáveis.

Conclusão

Com os resultados deste trabalho, pode-se concluir que a temática sexualidade não está sendo trabalhada, de forma transversal, nas instituições de ensino da rede municipal e estadual conforme estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais, embora o grupo de professores da rede municipal trabalhe mais um tema que outro, comparando aos da rede estadual.

Os professores da rede municipal trabalham com mais frequência o tema gravidez, e os professores da rede estadual citaram ser este tema o mais necessário para capacitação.

Ressalta-se que a maior limitação do estudo esteve na aceitação de outros professores em participar do estudo, o que indiretamente pode demonstrar a dificuldade desses sujeitos em lidar com temas delicados, como a temática sexualidade no contexto escolar.

A maioria dos professores citou falta de experiência e necessidade de capacitação na temática sexualidade humana.

É importante também reconhecer a atuação do enfermeiro no trabalho da educação sexual como componente essencial na integralidade do cuidado para fortalecer a área da saúde do escolar.

Colaborações

Chaveiro LG e Pires LM contribuíram para concepção, coleta, análise e interpretação dos dados e redação do artigo. Matos MA, Teles SA, Souza SMB e Souza MM contribuíram na interpretação dos dados, redação e versão final do artigo a ser publicado.

Referências

1. Moizés JS, Bueno SMV. Understanding sexuality and sex in schools according to primary education teachers. *Rev Esc Enferm USP*. 2010; 44(1):205-12.
2. Pires LM, Queirós PS, Munari DB, Melo CF, Souza MM. A enfermagem no contexto da saúde do escolar: revisão integrativa da literatura. *Rev Enferm UERJ*. 2012; 20(esp1):668-75.
3. Casemiro JP, Fonseca ABC, Secco FVM. Promover saúde na escola: reflexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2014; 19(3):829-40.
4. Gesser M, Oltramari LC, Cord D, Nuernberg AH. Psicologia Escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. *Rev Sem Asso Bras Psicol Esc Educ*. 2012; 16(2):229-36.
5. Ribeiro MSS, Ribeiro CV. Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE): elementos para avaliação de projetos sociais em Juazeiro, Bahia, Brasil. *Interface Comun Saúde Educ*. 2015; 19(53):337-48.
6. Ferreira IRC, Vosgerau DSR, Moisés SJ, Moisés ST. Diplomas Normativos do Programa Saúde na Escola: análise de conteúdo associada à ferramenta ATLAS TI. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2012; 7(12):3385-98.
7. Nothaft SCS, Zanatta EA, Brumm MLB, Galli KSB, Erdtmann BK, Buss E, et al. Sexualidade do adolescente no discurso de educadores: Possibilidades para práticas educativas. *Rev Min Enferm*. 2014; 18(2):284-9.
8. Nau AL, Santa SB, Heidemann ITB, Moura MG, Castillo L. Sexual education for adolescents in freire's perspective through culture circles. *Rev Rene*. 2013; 14(5):886-93.
9. Souza MM, Munari DB, Souza SMB, Esperidião E, Medeiros M. Qualificação de professores do ensino básico para educação sexual por meio da pesquisa-ação. *Cienc Cuid Saude*. 2010; 9(1):91-8.
10. Barros SC, Ribeiro, PRC. Educação para a sexualidade: uma questão transversal ou disciplinar no currículo escolar? *Rev Electr Enseñanza Cienc*. [Internet]. 2012 [citado 2015 fev 3]; 11(1):164-87. Disponível em: reec.uvigo.es/volumenes/volumen11/REEC_11_1_9_ex570.pdf

11. Malta DC, Silva MAI, Mello FCM, Monteiro RA, Porto DL, Sardinha LMV, et al. Saúde sexual dos adolescentes segundo a Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. *Rev Bras Epidemiol*. 2011; 14(1):147-56.
12. Altmann H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualid Salud Soc Rev Latino-Am*. 2013; 13:69-82.
13. Rufino CB, Pires LM, Oliveira PC, Souza SMB, Souza MM. Educação sexual na prática pedagógica de professores da rede básica de ensino. *Rev Eletr Enf*. [Internet]. 2013 [citado 2015 fev 3]; 15(4):983-91. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/19941>
14. Pereira BS, Costa MCO, Amaral MTR, Costa HS, Silva CAL, Sampaio VS. Fatores associados à infecção pelo HIV/AIDS entre adolescentes e adultos jovens matriculados em Centro de Testagem e Aconselhamento no Estado da Bahia, Brasil. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2014; 19(3):747- 58.
15. Gonçalves H, Machado EC, Soares ALG, Camargo-Figuera FA, Seering LM, Mesenburg MA, et al. Início da vida sexual entre adolescentes (10 a 14 anos) e comportamentos em saúde. *Rev Bras Epidemiol*. 2015; 18(1):25-41.
16. Freitas AV, Leite LS. Tecnologias digitais na formação continuada do professor da rede estadual do rio de janeiro: impactos e desafios. *Rev Educ Ciênc Matemática*. 2013; 3(1):29-39.
17. Barbosa SM, Dias FLA, Pinheiro AKB, Pinheiro PNC, Vieira NSC. Jogo educativo como estratégia de educação em saúde para adolescentes na prevenção às DST/AIDS. *Rev Eletr Enf*. [Internet]. 2010 [citado 2015 fev 3]; 12(2):337-41. Disponível em: <http://revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/6710/6951>
18. Bahia S, Trindade JP. O potencial das tecnologias educativas na promoção da inclusão. *Educ Form Tecnol*. 2010; 3(1):96-110.